
A DESERTIFICAÇÃO NEOLIBERAL NO BRASIL (COLLOR, FHC E LULA)

Ana Terra Reis¹
anaterreareis@gmail.com

Ler “A desertificação Neoliberal”, de Ricardo Antunes tornou-se um prazeroso desafio. Em parte, pelo imenso respeito que tenho pelo Professor Ricardo: devo dizer que o mestre sempre me ajudou a formar opiniões de forma crítica, desde as leituras dos jornais impressos, um hábito que me acompanhou antes dos tempos da informação à palma da mão dos dias atuais e que neste livro foi possível retomar e relembrar; para além deste respeito que emana de uma questão de formação mais “individual” passei por bons momentos de formação na Escola Nacional “Florestan Fernandes”, onde novamente, as análises críticas do professor orientaram por muitas vezes nossos passos militantes na leitura da conjuntura.

Sobre esta vivência na ENFF, conheci o professor Ricardo do diálogo, da disposição em estar com estudantes de nossa América Latina no sentido do dizer e ouvir, sempre reafirmando o intenso respeito ao movimento que me acolheu em suas fileiras, o MST. Chamou-me sempre atenção essa abertura ao diálogo (as vezes no melhor portunhol!) daquele que eu lia à distância e a admiração pelo mestre me levou a olhar com o carinho que tratamos nossos companheiros. O companheiro Ricardo, me surpreende também quando um militante nosso, jovem, LGBT, nordestino e que teve a tarefa de leva-lo até sua casa após um dia de formação, voltou encantado: tinha tido uma aula no caminho entre Guararema e Campinas e estava maravilhado. O companheiro Ricardo tornou-se uma referência para nosso menino, daquelas referências que tem a generosidade em socializar conhecimentos e cafezinhos.

Em a “Desertificação Neoliberal”, o companheiro Ricardo (com escusas e todo respeito que tenho por sua carreira acadêmica, peço licença para assim trata-lo) nos oferece o panorama de quem está vivendo e estudando, cotidianamente, a implementação da agenda Neoliberal na recente história “democrática” do Brasil. Os textos que a obra reúne, foram publicados em Jornais de ampla circulação nacional e em canais de comunicação de sindicatos e partidos, nos possibilitando um olhar crítico e sempre coerente em uma leitura leve e de linguagem acessível.

¹ Pós Doutoranda em Geografia, Bolsista Fapesp (proc. 2017/14.976-0), militante do MST e membro do Centro de Estudos em Geografia do Trabalho (CEGeT).

Há quase 30 anos, Ricardo Antunes nos alerta e contribui para entendermos os desafios postos à classe trabalhadora, versando sobre as particularidades de cada (des)governo na recente "democracia" brasileira, ressaltando o papel do Estado na implementação da política neoliberal. O que o professor Ricardo nos oferece em "A desertificação neoliberal no Brasil" é a possibilidade de fazer leituras da realidade em curso no Brasil e no mundo. A reestruturação produtiva do capital e seus rebatimentos sobre o mundo do trabalho.

A atualidade da obra na análise da conjuntura que vivemos, com uma intensificação da agenda neoliberal após o Golpe de 2016, chega em alguns momentos a nos dar calafrios. Ainda que nos governos petistas houvessem continuidades acentuadas da agenda neoliberalizante, no TEMERoso (des)governo atual voltam à tona pautas que nos deixam horrorizados desde a privatização da Petrobrás à reforma trabalhista, que nos leva à condição de uma precariedade e flexibilização do trabalho com retrocessos que no equiparam ao período colonial e escravocrata.

Ricardo nos traz com clareza fatos e elementos que permearam a "Década da Desertificação Neoliberal", passando por Collor, FHC e chegando ao início do primeiro mandato de Lula. Nos dá a clara dimensão dos movimentos e manobras feitos no seio do sistema metabólico do capital, sustentado pelo tripé Capital, Estado e Trabalho, nos alertando sempre que o desemprego, a precarização e a flexibilização foram as fórmulas encontradas para a reprodução e para a reestruturação produtiva engendrada desde o Consenso de Washington com continuidades em todas as gestões do governo federal.

Na Parte 1 do livro, nos é apresentada a aventura Bonapartista de Collor, entendida assim pelas características do golpe engendrado por Luís Bonaparte, na França: pela prevalência dos interesses da ordem; pela existência de uma massa de manobra; pela regressão do poder parlamentar. Tais similaridades ao Bonapartismo ganha contornos "modernos" pela agenda neoliberalizante que assume, de retomada das exportações de produtos primários, das privatizações e do arrocho salarial. É possível analisar a partir dos textos os impactos do governo Collor, a partir dos planos econômicos implementados, que promoveram o retrocesso e a desorganização no Brasil. No auge da crise, vivíamos a integração subordinada aos interesses do capital internacional e a desindustrialização do país, acarretando uma profunda crise no mundo do trabalho, com desemprego, desvalorização salarial, superexploração e a falta de representatividade de suas organizações sociais e políticas. E se faz presente a atualidade quando Antunes alerta sobre a crise no governo Collor: "Paralisado

com a avalanche de denúncias, tem-se a sensação de que um governo já pouco sólido se desmancha no ar” (ANTUNES, 2004, p. 18) e foi o que vimos.

Sobre o breve governo Itamar Franco, que vinha de uma escola reformista e nacionalista, Ricardo nos alerta sobre a contradição entre esta escola e a política de continuidade de implementação da agenda neoliberal, ao afirmar que o governo:

“propõe crescimento da economia como se ela fosse o antídoto essencial contra a miséria – mas intensifica a privatização; fala em combate a fome através de um assistencialismo minguado, mas nem longinquamente toca no padrão de acumulação que gera uma sociabilidade atravessada pela pauperização absoluta” (ANTUNES, 2004, p. 19)

O professor ainda dá pistas de qual seria o caminho para promover o real desenvolvimento do Brasil, com a reorganização do sistema de produção e de consumo, para começar a erradicar a miséria; a necessidade de forjar uma política salarial que coíba a superexploração do trabalho; a necessária transformação do mundo agrário; a preservação e o fortalecimento do capital produtivo estatal, alertando que Itamar “Fala em mudar muito para, em verdade, mudar muito pouco” (ANTUNES, 2004, p.23).

Ainda na Parte 1, quando trata da “racionalidade exacerbada de FHC”, Ricardo nos apresenta uma análise da greve dos petroleiros que aconteceu entre maio de junho de 1995. Esta greve teve por pauta, além da questão do reajuste salarial, a necessidade de preservação da Petrobrás e nesta análise, transpiram elementos de continuidades que podem ser sentidos até hoje. Em primeiro plano, a própria resistência dos petroleiros e a defesa da Petrobrás enquanto empresa estatal, depois, a reação do governo FHC e sua simbiose com o Poder Legislativo, que através do Tribunal Superior do Trabalho (TST) legitimou a militarização do confronto com os sindicalistas. Antunes, nos traz ainda o papel da mídia, na manipulação junto à sociedade civil na criminalização ao movimento grevista e aponta como uma necessidade urgente que a Central Única dos Trabalhadores (CUT) precisava preparar-se mais, capacitar-se e resgatar seu posicionamento combativo dos anos 1980 na luta contra o avanço sutil do neoliberalismo, uma vez que o governo FHC manifestava-se como “conciliador na aparência e truculento na essência” (ANTUNES, 2004, p. 36).

O professor Ricardo trata dos governos FHC com clara crítica à aparência e à essência: analisando o contraditório discurso do presidente, que dizia ser necessário priorizar os gastos sociais, tornar saúde e educação acessíveis e uma distribuição de renda mais justa, e em contraposição mantinha o salário mínimo no valor de R\$ 151,00 (ou R\$ 530,48 em valores de maio de 2018), aquém do praticado no Paraguai e que evidenciava a necessária analogia com

Herman Melville em *O Vigarista*: “*Um tucano: bela plumagem e carne ruim*” (ANTUNES, 2004, p.43).

Já no ano de 2000, nos é apresentada as crises vivenciadas pelo tucanato, que tinha por planos a permanência no poder por mais 20 anos, e que vê seu espelho trincar-se, nas palavras de Antunes, frente à crise: o destroçamento social frente a desregulamentação e precarização do trabalho; a crise no interior do próprio PSDB, com a saída de muitos políticos que se filiaram a outros partidos (lembrem-se de Delcídio do Amaral?); e finalmente, a desindustrialização, a submissão ao sistema financeiro internacional promovendo um paraíso produtivo para as transnacionais que se apoiavam com recursos públicos dos estados. Tal crise, levou a um aumento na temperatura social e o povo começava a ir às ruas expressando seu descontentamento. A análise é acompanhada de uma dura crítica aos sindicatos, em especial à CUT, que se posiciona de forma conciliatória frente à Reforma da Previdência proposta e aprovada por FHC e Ricardo ainda alerta: “estar fora do trabalho significa, para grande parte da humanidade, uma brutalização ainda maior do que aquelas até então vivenciadas pela classe que vive do trabalho. Nesta desordem mundial globalizada, o desemprego é sinônimo de pobreza e indignidade social” (ANTUNES, 2004, p. 52).

Já na Parte II do livro, Ricardo Antunes desafia-nos com a pergunta: “No limiar do século XXI: social-liberalismo ou alternativa socialista?”. Aqui, são trazidos textos que colocam a necessidade de se retomar o sentido de pertencimento de classe aos trabalhadores, que viram suas organizações de representação sendo enfraquecidas desde a reestruturação produtiva propagada pelo neoliberalismo. Antunes aqui revela-se um otimista, nos fazendo refletir sobre a importância da mobilização social que no final da década de 1990 e nos primeiros anos do século XXI, ainda que a esquerda tradicional se torne desorientada no sentido da construção da alternativa socialista após o desmoronamento do Leste Europeu. O professor faz uma crítica certeira à esta esquerda tradicional, afirmando que a mesma passa a atuar de forma subordinada à ordem do capital, levando-a a uma “acomodação social democrática” (ANTUNES, 2004, p. 71) e que é preciso atentar-se para as transformações no processo produtivo, decorrentes do avanço tecnológico e seus rebatimentos para a classe trabalhadora, que se torna mais fragmentada, heterogênea e complexa.

O professor destaca ser necessário adotar uma “noção ampliada de classe trabalhadora e de trabalho”, elencando os desafios para o mundo do trabalho, quais sejam: resgatar o sentimento de pertencimento de classe dos novos proletários do mundo e reatar os laços de solidariedade e consciência daqueles que vivem do trabalho, sendo imprescindível

“compreender o que é o mundo do trabalho hoje, quem são, como atuam e como se rebelam esses novos proletários do mundo” (ANTUNES, 2004, p.75-76).

De forma coerente, Ricardo provoca os sindicatos a superarem a crise de representatividade, decorrente das mudanças no mundo do trabalho que “desconcentra o espaço físico produtivo e destrói os direitos fundamentais do trabalho”, alertando para a necessidade destes sindicatos a “procurar novas formas de estruturação e organização que incorporem amplos e diferenciados setores que hoje compreendem o conjunto da classe trabalhadora” (ANTUNES, 2004, p.82). E provoca também a refletirmos sobre a importância das eleições municipais de 2000, com candidaturas que em nível municipal preocupem-se em “desprivatizar o estado e resgatar o seu sentido público, resgatar a *res publica*”, com uma candidatura que tenha uma base social de sustentação e um projeto político comprometido com os interesses dos trabalhadores, “Sem fetiche ou ilusão”. Sobre o papel das eleições, também somos alertados que frente ao “solo social desertificado, a mistificação eleitoral é o receiturário dos partidos da ordem para se manterem no poder, quanto mais falam em mudanças, mais praticam a conservação” (ANTUNES, 2004, p. 96) e aqui podemos dizer novamente: nada mais atual!

A atualidade do projeto socialista também é abordada quando Antunes traz de forma elucidativa as origens do desemprego atestando que a intensidade do desemprego está diretamente ligada a elementos estruturais e a elementos conjunturais. No primeiro caso, é ligado à lógica destrutiva do capitalismo, evidenciando que o objetivo das empresas capitalistas é produzir sempre mais, com menos trabalhadores e esta tendência a enxugar a produção torna “mais irracional a lógica societal dominante” e que, se se propõe a eliminar o desemprego, deve-se agir ferindo a lógica do capital, sem o que, pode-se cair em uma mistificação. No que se refere ao elemento conjuntural, Ricardo aponta para a realidade de adoção do pacote neoliberal pelos governos de países periféricos, e que é necessário então lutar contra esses elementos conjunturais, sem perder de vista os elementos estruturais.

Entre os desafios propostos para a consolidação da alternativa socialista, dialogando com Mészáros, Antunes afirma que as experiências socialistas do século XX foram incapazes de superar o metabolismo social do capital, especialmente na subordinação do trabalho ao capital e que romper com essa realidade impõe uma articulação internacional, sendo que o socialismo deve ser visto como “um empreendimento global/universal”, a ser protagonizado por países que “não estão no centro do sistema capitalista, mas que constituem um conjunto de forças sociais do trabalho capaz de impulsionar um projeto que tenha como horizonte uma organização societal socialista de novo tipo, renovada e radical”. Ricardo antecipa aqui a

possibilidade de força contra-hegemônica dos BRICs, apontando Brasil, Rússia, Índia e China como as possibilidades de assumir a construção de um socialismo de novo tipo, uma pena o capital ser mais eficiente em organizar os tais blocos.

Em diversos textos, Antunes nos aponta a necessidade de observar e aprender com as experiências dos movimentos sociais, do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), passando pelas manifestações que ocorriam na América do Norte e na Europa, nos alertando que “a internacionalização das lutas mundiais, globais, é o mais urgente desafio das forças sociais e políticas que se opõem à lógica destrutiva do capital” (ANTUNES, 2004, p.127).

Na última parte do livro, o tom crítico se mantém ao analisar “Lula e os (des)caminhos do social liberalismo”. Aqui, é apresentada a possibilidade de superação da lógica neoliberal, evidenciando qual a realidade em que o país se encontra e como o PT e Lula chegam ao Governo Federal fazendo concessões, mas que nem por isso perdem a seu significado simbólico: o operário que chega ao poder e que tem por desafio diminuir substancialmente o desemprego, recompor os salários, realizar uma reforma agrária ampla e profunda, impulsionar a ciência e a tecnologia e contrapor-se ao capital financeiro especulativo. Antunes anunciava que o Governo teria impacto por toda a América Latina, permitindo novas conquistas sociais e políticas e sendo o Brasil um laboratório para os demais países do continente.

Mas, Ricardo alerta que Lula viveria sob o dilema de um pêndulo: enquanto de um lado os capitais transnacionais o puxariam para o centro e a direita, os movimentos sociais, sindicais e de esquerda o puxariam para o outro lado, devendo o governo logo se posicionar após as eleições. Já na avaliação de cem dias de governo, notou-se que o começo não era bom uma vez que as respostas buscadas pelo povo, demoravam a aparecer, o salário mínimo continuava muito baixo; encaminhou-se uma reforma da previdência que penalizou os funcionários públicos; o aumento do desemprego, ainda no segundo ano de governo; a subserviência aos interesses do capital internacional e o caráter de social liberalismo assumido pelo governo petista.

O PT assumia, segundo Antunes, uma posição semelhante ao New Labor Inglês, que metamorfoseou-se de partido trabalhista-reformista para um partido democrático, apoiado por setores da burguesia. Para o professor Ricardo, o PT, “de partido de esquerda contra ordem foi, pouco a pouco, metamorfoseando-se em partido dentro da ordem” (ANTUNES, 2004, p.165). E assim, o livro que é publicado com reflexões feitas até o ano de 2004, nos permite seguir fazendo as análises das continuidades dos governos petistas e do descalabro da retomada da agenda neoliberal pós-golpe de 2016.

Referência

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2005. 172p.

Submetido em: março de 2018

Aceito em: abril de 2018